



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

INTERSECÇÕES ENTRE O AEE E A FORMAÇÃO DOCENTE: relato de experiência de atendimento com uma acadêmica com múltiplas deficiências no curso de Pedagogia da UEMS

Maria José da SILVA (UEMS- Campo Grande)*

RESUMO: Este relato de experiência apresenta a atuação de uma professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no acompanhamento de uma acadêmica com múltiplas deficiências no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), entre os anos de 2023 e 2024. O trabalho visa descrever as estratégias adotadas, os desafios enfrentados e os resultados obtidos no contexto da formação docente e da inclusão no ensino superior. Adotou-se abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, com base em registros pedagógicos, observações sistemáticas, interações com o corpo docente e análise documental institucional. Os resultados indicam que a atuação do AEE, pautada na flexibilização curricular, mediação pedagógica contínua, suporte emocional e articulação com os professores regentes, contribuiu para a permanência, autonomia e desenvolvimento acadêmico da estudante atendida. Além disso, evidenciou-se que a prática do AEE constitui espaço formativo para os docentes, promovendo reflexões sobre metodologias inclusivas e articulações entre universidade e escola. Conclui-se que a inclusão no ensino superior depende de políticas institucionais claras, ações intersetoriais e compromisso ético-pedagógico com o direito à diferença e à equidade no acesso e permanência universitária.

Palavras-chave: inclusão educacional; ensino superior; atendimento educacional especializado; formação docente; permanência universitária.

1 Introdução

A construção de uma formação docente crítica, reflexiva e comprometida com a equidade educacional demanda o fortalecimento da intersecção entre universidade e escola, especialmente no que diz respeito à inclusão de estudantes com deficiência nos cursos de licenciatura. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino superior surge como uma estratégia fundamental para garantir a permanência e o desenvolvimento acadêmico de estudantes com necessidades educacionais específicas, contribuindo para a efetivação do direito à educação inclusiva.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: mary.history@hotmail.com.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Este relato de experiência descreve a atuação de uma professora de AEE junto a uma acadêmica com deficiência matriculada no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na Unidade Universitária de Campo Grande, durante os anos de 2023 e 2024. A experiência envolveu ações pedagógicas e psicossociais desenvolvidas de formas articulada, em ambientes formais e não formais de ensino, com o objetivo de mediar a aprendizagem da acadêmica, promover sua autonomia e assegurar condições de participação ativa no contexto universitário.

Ao refletir sobre os desafios e possibilidades do AEE na formação inicial de professores, este trabalho se insere no Eixo 9 – Relatos de Experiências, na medida em que evidencia como a prática do atendimento educacional especializado pode se constituir como espaço formativo tanto para os docentes em exercício quanto para a instituição de ensino superior. A experiência relatada contribui para o diálogo entre teoria e prática, reforçando a importância da escuta pedagógica, da flexibilização curricular e da articulação entre os sujeitos institucionais envolvidos. Como destacam Militão, Figueiredo e Nunes (2019), “o estágio supervisionado e as práticas formativas nas licenciaturas precisam ser pensadas para além da dimensão técnico-burocrática, assumindo-se como experiências de formação situada, situada em territórios, sujeitos e temporalidades” (MILITÃO; FIGUEIREDO; NUNES, 2019, p. 20).

A metodologia adotada neste relato de experiência é de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, centrada na vivência prática da atuação da professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto a uma acadêmica com deficiência, regularmente matriculada no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no período de 2023 e 2024. A experiência foi registrada por meio de observações sistemáticas, registros pedagógicos, interações com docentes do curso e a própria estudante, além da análise documental da Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312/2020. A abordagem permite compreender os desafios, estratégias e efeitos das ações de apoio desenvolvidas, evidenciando como essas práticas se articulam com os princípios da formação docente inclusiva no ensino superior.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

2 Fundamentação teórica

A formação docente, sobretudo nos cursos de licenciatura, deve estar atrelada a práticas que favoreçam a construção de saberes pedagógicos contextualizados, comprometidos com a diversidade e com a equidade educacional. Volsi (2016, p. 1513) aponta que a reorganização curricular proposta pelas Diretrizes Nacionais de Formação de Professores busca superar a lógica tecnicista e instrumental da formação docente, propondo o estreitamento entre universidade e escola como espaços de elaboração conjunta do conhecimento pedagógico. Para a autora, a prática educativa deve ser entendida como componente formativo essencial, o que exige, por parte das instituições, ações inclusivas, participativas e reflexivas.

A Constituição Federal de 1988 garante em seu artigo 205 que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). Tal dispositivo jurídico impõe às instituições de ensino superior a responsabilidade de assegurar condições de permanência a todos os estudantes, inclusive àqueles com deficiências, por meio de políticas que efetivem a inclusão em seu sentido mais amplo — pedagógico, físico, social e emocional.

Nozu (2018, p. 8), ao analisar práticas de inclusão no ensino superior na Universidade Federal da Grande Dourados, destaca que a efetivação do direito à educação inclusiva depende da existência de políticas institucionais articuladas ao compromisso ético dos docentes e da universidade como um todo. O autor defende que a atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um dos instrumentos mais eficazes para garantir a permanência e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência, na medida em que atua de forma personalizada, promovendo a aprendizagem por meio de estratégias adaptadas às especificidades de cada sujeito.

A prática docente inclusiva no ensino superior demanda preparo técnico e sensibilidade pedagógica. Castanho e Freitas (2006, p. 3) afirmam que o desafio da inclusão está diretamente relacionado à formação do professor universitário, que precisa compreender a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. As autoras ressaltam que a universidade deve assumir seu papel



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

formador, oferecendo subsídios para que os docentes desenvolvam metodologias acessíveis e promotoras de participação, o que exige planejamento, apoio institucional e espaços de reflexão sobre a prática.

No âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312/2020 dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na instituição. O documento normativo define o AEE como um conjunto de estratégias pedagógicas organizadas institucionalmente com o objetivo de promover o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico (UEMS, 2020, art. 2º e 4º). Prevê, ainda, a elaboração de um plano educacional individualizado, construído em colaboração entre o professor especializado e os docentes regentes, articulando ações que respeitem o percurso formativo de cada estudante.

Por fim, Militão, Figueiredo e Nunes (2019, p. 20), ao refletirem sobre o estágio supervisionado nas licenciaturas da UEMS e da UFGD, destacam a importância de práticas formativas situadas, que considerem os sujeitos, os territórios e os tempos envolvidos nos processos educativos. Os autores defendem que a formação docente não pode estar dissociada da realidade escolar e universitária, sendo o estágio, as práticas e o próprio AEE espaços privilegiados para a construção de uma docência comprometida com a justiça social e com os princípios da educação inclusiva.

3 Descrição da experiência

A experiência de atendimento educacional especializado aqui relatada foi desenvolvida no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande, durante os anos de 2023 e 2024. A ação foi conduzida por uma professora contratada por meio de processo seletivo institucional, conforme previsto na Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312/2020, com a finalidade de acompanhar uma acadêmica com deficiência regularmente matriculada no curso de pedagogia, oferecendo suporte pedagógicos que favorecesse sua permanência e desenvolvimento acadêmico.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

A atuação ocorreu de forma contínua, com intervenções presenciais em sala de aula e em ambientes de apoio, bem como interações remotas por meio de mensagens de texto, chamadas e envio de materiais pelo aplicativo *WhatsApp*. A acadêmica, que apresenta múltiplos diagnósticos clínicos e pedagógicos (epilepsia, deficiência intelectual moderada, paralisia cerebral, HIV e perda auditiva), demonstrava comunicação verbal compreensível, espontânea e participava ativamente das aulas, mas necessitava de mediações frequentes para manter o foco, organizar suas ideias e lidar com situações de pressão emocional.

Entre as estratégias adotadas, destacam-se: a flexibilização curricular com adequação do volume e complexidade dos textos, a impressão de atividades previamente selecionadas, a utilização de vídeos educativos relacionados ao conteúdo abordado e o envio de lembretes frequentes sobre prazos, materiais e datas de avaliação. Além disso, foram realizados atendimentos pontuais para esclarecimento de dúvidas, orientações durante atividades avaliativas e acompanhamento emocional em momentos de maior vulnerabilidade, como apresentação de trabalhos, retorno de notas e conflitos interpessoais.

A acadêmica também foi incentivada a participar das atividades desenvolvidas no laboratório de informática da universidade, com o apoio de monitores, como forma de ampliar suas habilidades no uso de tecnologias educacionais. A atuação da professora especializada incluiu ainda articulações com os docentes das disciplinas regulares, com o objetivo de ajustar as práticas pedagógicas às necessidades específicas da aluna, garantindo sua inclusão nas rotinas do curso. A escuta sensível, o reforço positivo e o estímulo verbal contínuo foram elementos centrais no desenvolvimento da autonomia e da autoestima da acadêmica.

Durante o período acompanhado, observou-se um esforço sistemático da equipe pedagógica para promover um ambiente acolhedor e acessível, respeitando o ritmo da estudante e assegurando sua participação efetiva nas atividades acadêmicas. As ações do AEE foram registradas em relatórios e comunicadas à coordenação do curso e à Divisão de Inclusão Educacional (DIE/PROAFE), conforme orientações institucionais.

Realização:

Apoio:





VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

4 Resultados e Análise da Experiência

A experiência de atendimento educacional especializado (AEE) desenvolvida no curso de Pedagogia da UEMS resultou em avanços perceptíveis na trajetória da acadêmica atendida, especialmente no que se refere à sua permanência, participação e desempenho acadêmico. O suporte pedagógico e emocional realizado de forma contínua demonstrou-se eficaz na construção de uma rotina universitária mais acessível e ajustada às suas necessidades. A atuação da professora especializada contribuiu não apenas para a adaptação do conteúdo, mas também para o fortalecimento da autonomia. Conforme destaca Nozu (2018, p. 107), a inclusão no ensino superior deve ir além do acesso, exigindo ações institucionais estruturadas que garantam permanência com equidade.

A articulação entre o AEE e os professores regentes foi essencial para a adaptação das atividades acadêmicas, possibilitando à acadêmica um percurso formativo mais condizente com suas condições específicas. Poker, Valentim e Garla (2018, p. 129) afirmam que o envolvimento do docente é decisivo para o sucesso das práticas inclusivas, especialmente quando há diálogo e abertura para replanejar atividades. No caso relatado, essa interlocução possibilitou que os conteúdos fossem reorganizados, com a oferta de textos curtos, provas adaptadas e orientações individualizadas.

Em relação aos aspectos emocionais, observou-se que a acadêmica apresentava insegurança em situações de avaliação e exposição pública, sendo comum episódios de ansiedade e autodepreciação. Nesses momentos, a escuta ativa e os estímulos positivos desempenharam papel central. Souza e Melo (2020, p. 45) apontam que o professor universitário, ao atuar com estudantes com deficiência, precisa desenvolver competências emocionais e éticas, acolhendo o estudante como sujeito de direitos e saberes. O acompanhamento frequente e sensível permitiu a acadêmica enfrentar os desafios com mais confiança.

Outro ponto relevante foi a atuação intersetorial entre a professora do AEE, o corpo docente, a coordenação do curso e o laboratório de informática. Essa articulação possibilitou ações integradas que contribuíram para a superação de barreiras metodológicas e tecnológicas. Pletsch et al. (2018, p. 54) defendem que a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior exige esforços



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

coletivos e compartilhamento de responsabilidades entre os diferentes setores da instituição.

A experiência também reafirma o que Neres (2016, p. 75) observa ao analisar as políticas públicas voltadas ao público com deficiência em Mato Grosso do Sul: os avanços legislativos só se efetivam quando acompanhados de práticas concretas no cotidiano acadêmico. A Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312/2020 foi fundamental nesse processo, pois estabeleceu diretrizes claras para o atendimento, garantindo suporte institucional à profissional especializada e assegurando o direito da estudante à flexibilização curricular.

O envolvimento da acadêmica nas atividades do laboratório de informática, com apoio de monitores, proporcionou oportunidades de aprendizagem mediada pelas tecnologias, mesmo diante de algumas limitações. Segundo Oliveira e Fernandes (2018, p. 214), o contato direto com a diversidade no espaço universitário tem potencial formativo não apenas para os estudantes com deficiência, mas também para seus colegas e professores, fortalecendo uma cultura institucional de inclusão e respeito à diferença.

Além disso, é importante considerar que o acompanhamento contribuiu para o desenvolvimento de competências acadêmicas e socioemocionais. Faria, Mendes e Oliveira (2020, p. 102) ressaltam que o processo de inclusão precisa ser compreendido como formativo e transformador para todos os sujeitos envolvidos, indo além da adaptação de conteúdos e envolvendo apoio psicossocial e escuta qualificada.

O AEE também possibilitou uma atuação mais direta junto aos professores regulares, promovendo espaços de reflexão sobre a prática pedagógica e sobre as possibilidades de flexibilização do ensino. Castanho e Freitas (2006, p. 2) destacam que a inclusão no ensino superior demanda, sobretudo, uma mudança na postura docente, que deve estar aberta ao diálogo e ao replanejamento do ensino a partir das necessidades dos estudantes.

A prática relatada está em sintonia com os apontamentos de Rojas et al. (2018, p. 312), que afirmam ser necessário um trabalho colaborativo entre o professor regente e o professor especializado, especialmente no que diz respeito à construção de metodologias acessíveis e práticas significativas de aprendizagem.

Realização:



Apoio:





VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

No cotidiano da UEMS, essa cooperação foi observada em várias disciplinas, favorecendo o engajamento da estudante com o conteúdo.

Outro aspecto relevante foi o uso da comunicação constante via WhatsApp, que auxiliou na organização da rotina acadêmica e no envio de atividades e lembretes. Conforme estudo de Oliveira e Fernandes (2018, p. 216), a adoção de recursos acessíveis e cotidianos de comunicação favorece a autonomia dos estudantes, além de aproximá-los do corpo docente de forma mais humanizada e horizontal.

Ainda assim, persistem desafios, como a sobrecarga acadêmica, a limitação da infraestrutura tecnológica e a dificuldade da estudante em lidar com múltiplas demandas simultaneamente. Tais obstáculos, no entanto, não inviabilizaram o processo de inclusão, e sim evidenciaram a importância de políticas institucionais contínuas de apoio, como defendem Poker, Valentim e Garla (2018, p. 131), que reconhecem a importância da avaliação permanente e da escuta institucionalizada.

Em síntese, a prática do AEE no contexto da UEMS se consolidou como um espaço formativo ampliado, promovendo reflexões sobre a docência, o currículo e a acessibilidade no ensino superior. Como aponta a Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312/2020, o AEE deve atuar em articulação com o plano pedagógico do curso, contribuindo para a permanência, progressão e terminalidade dos estudantes com deficiência. A experiência relatada reafirma esse compromisso, demonstrando que a inclusão, quando realizada com responsabilidade pedagógica e suporte institucional, transforma tanto quem é atendido quanto quem ensina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de Atendimento Educacional Especializado (AEE) relatada neste trabalho evidencia a importância de políticas institucionais de inclusão que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência, o progresso e a terminalidade dos acadêmicos com deficiência no ensino superior. A atuação da professora especializada, em articulação com o corpo docente e demais setores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), permitiu a construção de um ambiente formativo mais sensível, acessível e alinhado às especificidades da estudante acompanhada.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Os resultados observados demonstram que práticas inclusivas, quando pautadas na escuta ativa, na flexibilização curricular e na mediação pedagógica contínua, promovem não apenas o desenvolvimento acadêmico do estudante com deficiência, mas também a reflexão e o aprimoramento da prática docente. O AEE, nesse contexto, cumpre papel formativo tanto para o sujeito atendido quanto para os profissionais envolvidos, contribuindo para a construção de saberes pedagógicos mais comprometidos com a equidade educacional.

Além disso, o relato reafirma que a intersecção entre universidade e escola, enquanto eixo estruturante da formação docente, deve contemplar os desafios da inclusão em sua dimensão plena: pedagógica, emocional, institucional e política. A vivência descrita neste trabalho reforça o entendimento de que o ensino superior pode e deve ser um espaço de formação crítica e de transformação social, onde as diferenças são reconhecidas como potencialidades.

Por fim, ressalta-se que a consolidação de práticas como as aqui apresentadas depende de investimento contínuo em políticas de inclusão, formação permanente de professores, normativas institucionais claras e equipes comprometidas com a promoção da justiça educacional. A experiência vivenciada no curso de Pedagogia da UEMS contribui com subsídios concretos para o debate sobre a formação docente e a efetivação do direito à educação inclusiva no ensino superior.

REFERÊNCIAS

MILITÃO, Andréia Nunes; FIGUEIREDO, Carla Regina de Souza; NUNES, Flaviana Gasparotti. Estágio Curricular Supervisionado: disciplina ou componente curricular? O que dizem os normativos da UEMS e da UFGD. In: PERBONI, Fábio; FIGUEIREDO, Carla Regina de Souza (org.). **Lugares e não lugares do Estágio Supervisionado em Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul: UEMS e UFGD**. Curitiba: CRV, 2019. p. 15-41.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 ago. 2017.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, p. 1-4, 2006. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em:

Realização:

Apoio:





VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UPM_095ca5dae293f98e9d0d01809118473d.

Acesso em: 11 jul. 2025.

NOZU, Washington Cesar Shoiti. Educação inclusiva enquanto um direito humano. In: Inclusão no Ensino Superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, e190056, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392018056>. Acesso em: 11 jul. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312, de 30 de abril de 2020**. Dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na UEMS. Publicada no Diário Oficial do Estado/MS nº 10.183, em 27 de maio de 2020, p. 52-55.

VOLSI, Maria Eunice França. Políticas para formação de professores da educação básica em nível superior: em discussão as novas diretrizes nacionais para a formação dos profissionais do magistério. **Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR**, p. 1505-1520, 2016. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_6/6-015.pdf. Acesso em: 21 fev. 2018.

FARIA, Bruna R.; MENDES, Carlos R.; OLIVEIRA, Pedro L. Formação docente inclusiva: percepções e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 82, p. 100–108, 2020. Disponível em: <https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/468>. Acesso em: 11 jul. 2025.

NERES, Celi Corrêa. Políticas de atendimento ao PNE – Portadores de necessidades especiais em Mato Grosso do Sul. **InterMeio**, Campo Grande, v. 22, n. 43, p. 72–88, nov. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2641>. Acesso em: 11 jul. 2025.

OLIVEIRA, Maria A.; FERNANDES, João P. Transformações sociais e inclusão no magistério. **Revista Inclusão Universitária**, v. 9, n. 2, p. 211–218, 2018. Disponível em: <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/7ba6db-40f42f3797bf4e7ebf9b0012263417c4.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025..

PLETSCH, Márcia Denise et al. Acessibilidade e permanência de alunos com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 44, p. 51–58, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5521/552157521003/552157521003.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

POKER, Rosimar B.; VALENTIM, Fernanda O. D.; GARLA, Isadora A. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 22 (esp.), p. 127–134, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/010>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ROJAS, Sírio et al. A criação de aulas sinalizadas no contexto do ensino superior: colaboração e acessibilidade. **Revista Latino-Americana de Educação Inclusiva**,



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Santiago, v. 12, n. 2, p. 307–319, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5521/552157521003/552157521003.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

Realização:

Apoio:

